

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 180/2016

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 18 de outubro de 2016, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Procedimento Ministerial SIMP nº 674.0.236242/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.2. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.145895/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.3. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.98355/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.4. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.47379/2011, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.5. Inquérito Civil SIMP nº 015.1.114421/2006, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 1.6. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.53718/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 1.7. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.90529/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.8. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.213092/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.9. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.180696/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.10. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.233427/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.11. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.75098/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.12. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.132094/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.13. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.79480/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.14. Inquérito Civil SIMP nº 657.0.1243/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 1.15. Procedimento Ministerial SIMP nº 090.0.171949/2015, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 1.16. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.18980/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.17. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.44404/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde Pública – GESAU;
- 1.18. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.125046/2012, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.19. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.236243/2015, da 4ª Promotoria de Justiça

- de Alagoinhas;
- 1.20. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.200024/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
 - 1.21. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.95178/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
 - 1.22. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.106590/2008, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
 - 1.23. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.41161/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
 - 1.24. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.185011/2011, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
 - 1.25. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.56059/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
 - 1.26. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.36481/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
 - 1.27. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.66698/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
 - 1.28. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.64972/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 - 1.29. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.175592/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
 - 1.30. Procedimento Ministerial SIMP nº 057.0.146464/2014, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
 - 1.31. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.73577/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
 - 1.32. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.48022/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
 - 1.33. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.192610/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
 - 1.34. Inquérito Civil SIMP nº 003.1.54122/2004, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
 - 1.35. Inquérito Civil SIMP nº 720.0.25315/2015. Da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
 - 1.36. Inquérito Civil SIMP nº 705.0.219947/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
 - 1.37. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.81905/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
 - 1.38. Procedimento Ministerial SIMP nº 705.0.33093/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
 - 1.39. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.181207/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
 - 1.40. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.159682/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 - 1.41. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.19052/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 - 1.42. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.29926/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

- 1.43. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.223865/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.44. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.129863/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.45. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.7872/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.46. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.149601/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas; (cópia CGMP)
- 1.47. Inquérito Civil SIMP nº 005.0.26047/2013, da Promotoria de Justiça de Abaré;
- 1.48. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.84246/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.49. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.236996/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 1.50. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.69487/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.51. Procedimento Ministerial SIMP nº 190.0.67607/2016, da Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.52. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.137508/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.53. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.91088/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.54. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.203684/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.55. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.112597/2012, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 1.56. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.33019/2008, da Promotoria de Justiça de Iguai;
- 1.57. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.219033/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.58. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.185073/2013, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.59. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.114750/2014, do Grupo de Atuação Especial Para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 1.60. Procedimento Ministerial SIMP nº 241.0.240766/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 1.61. Procedimento Ministerial SIMP nº 241.0.240799/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 1.62. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.124915/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.63. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.58488/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.64. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.108272/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.65. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.239458/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.66. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.72578/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.67. Procedimento Ministerial SIMP nº 521.0.125198/2014, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;

- 1.68. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.77173/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.69. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.90647/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GESAU;
- 1.70. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.234041/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.71. Procedimento Ministerial SIMP nº 705.0.119576/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.72. Inquérito Civil SIMP nº 676.0.181693/2012, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 1.73. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.54999/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.74. Inquérito Civil SIMP nº 720.0.176864/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.75. Inquérito Civil SIMP nº 698.0.63832/2013, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;
- 1.76. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.116116/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.77. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.145868/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.78. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.43418/2010, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.79. Inquérito Civil SIMP nº 706.0.168915/2013, apenso SIMP nº 706.0.31519/2015, da Promotoria de Justiça de Porto Seguro;
- 1.80. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.211403/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.81. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.53527/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.82. Inquérito Civil SIMP nº 701.0.3773/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga.
- 1.83. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.161951/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.84. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.224456/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.85. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.90365/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.86. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.1.16215/2007, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 1.87. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.184637/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.88. Inquérito Civil SIMP nº 646.0.245907/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.89. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.113661/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.90. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.190437/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.91. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.10984/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

- 1.92. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.147580/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.93. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.206835/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.94. Inquérito Civil SIMP nº 646.0.28754/2016, da Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.95. Inquérito Civil SIMP nº 705.0.177124/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.96. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.22017/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.97. Inquérito Civil SIMP nº 189.0.161002/2015, da Promotoria de Justiça de Mutuípe;
- 1.98. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.75498/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.99. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.95763/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.100. Inquérito Civil SIMP nº 288.0.119900/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 1.101. Procedimento Ministerial SIMP nº 708.0.203794/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.102. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.57387/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.103. Inquérito Civil SIMP nº 592.0.155848/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.104. Inquérito Civil SIMP nº 090.0.150100/2015, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 1.105. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.83146/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF.
- 1.106. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.83946/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.107. Inquérito Civil SIMP nº 035.0.25918/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 1.108. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.106984/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.109. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.224595/2015, do Grupo de Atuação Especial da Defesa da Educação;
- 1.110. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.191819/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.111. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.164841/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.112. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.168021/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.113. Procedimento Ministerial SIMP nº 708.0.109801/2012, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 1.114. Inquérito Civil SIMP nº 679.0.144824/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 1.115. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.186595/2010, da 3ª Promotoria de

- Justiça de Cruz das Almas;
- 1.116. Inquérito Civil SIMP nº 598.1.53088/2005, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
 - 1.117. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.209429/2009, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
 - 1.118. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.100054/2014, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 - 1.119. Inquérito Civil SIMP nº 592.0.81793/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
 - 1.120. Inquérito Civil SIMP nº 035.0.21883/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
 - 1.121. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.9208/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa à Saúde;
 - 1.122. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.0.222417/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
 - 1.123. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.137250/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
 - 1.124. Inquérito Civil SIMP nº 701.0.40880/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
 - 1.125. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.242699/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
 - 1.126. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.57812/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 - 1.127. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.66068/2010, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
 - 1.128. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.80679/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 - 1.129. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.159258/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
 - 1.130. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.14140/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
 - 1.131. Procedimento Ministerial SIMP nº 645.0.52459/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Camacã;
 - 1.132. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.231397/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
 - 1.133. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.76473/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
 - 1.134. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.63454/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
 - 1.135. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.9559/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
 - 1.136. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.24213/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
 - 1.137. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.26969/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
 - 1.138. Inquérito Civil SIMP nº 035.0.206035/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

- 1.139. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.82391/2012, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 1.140. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.7071/2014, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.141. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.29860/2015, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.142. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.78686/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.143. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.264719/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.144. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.84925/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.145. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.1.123330/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.146. Inquérito Civil SIMP nº 590.1.60745/2006, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.147. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.82682/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.148. Inquérito Civil SIMP nº 646.0.217494/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.149. Procedimento Ministerial SIMP nº 600.0.36642/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.150. Inquérito Civil SIMP nº 090.0.149965/2015, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 1.151. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.159906/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.152. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.239271/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.153. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.6092/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.154. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.156353/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.155. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.178380/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.156. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.44449/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.157. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.180740/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.
- 1.158. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.160448/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.159. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.42922/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.160. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.216240/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.161. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.12461/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.162. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.134526/2011, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.163. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.170615/2014, da 2ª Promotoria de

- Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 1.164. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.52114/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
 - 1.165. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.242646/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 - 1.166. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.77125/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
 - 1.167. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.208613/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.;
 - 1.168. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.89693/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
 - 1.169. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.111573/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
 - 1.170. Inquérito Civil SIMP nº 698.0.63842/2013, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;
 - 1.171. Inquérito Civil SIMP nº 590.0.179883/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
 - 1.172. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.156855/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
 - 1.173. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.99140/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
 - 1.174. Inquérito Civil SIMP nº 592.0.59976/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
 - 1.175. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.6968/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 - 1.176. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.21590/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor.
 - 1.177. Procedimento Ministerial SIMP nº 007.0.49618/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
 - 1.178. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.75764/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
 - 1.179. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.240320/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa- GEPAM;
 - 1.180. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.167162/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
 - 1.181. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.227579/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
 - 1.182. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.28418/2014, do Grupo de Educação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
 - 1.183. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.246884/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Juazeiro;
 - 1.184. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.41659/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
 - 1.185. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.87030/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da Capital;
 - 1.186. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.144573/2011, da 5ª Promotoria de

- Justiça de Alagoinhas;
- 1.187. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.40973/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
 - 1.188. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.131555/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
 - 1.189. Inquérito Civil SIMP nº 676.0.238398/2013, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
 - 1.190. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.29661/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
 - 1.191. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.143208/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 - 1.192. Procedimento Ministerial SIMP nº 717.0.73977/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;
 - 1.193. Procedimento Ministerial SIMP nº 190.0.161037/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
 - 1.194. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.83379/2013, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 - 1.195. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.12765/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
 - 1.196. Inquérito Civil SIMP nº 117.0.111574/2015, da Promotoria de Justiça de Jacaraci;
 - 1.197. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.201443/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
 - 1.198. Procedimento Ministerial SIMP nº 675.0.96170/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Barra;
 - 1.199. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.67990/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
 - 1.200. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.135132/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho.
 - 1.201. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.41480/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.

SALA DAS SESSÕES, 18 de outubro de 2016.

SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA

Procuradora-Geral de Justiça em Exercício
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em Exercício

MARCO ANTÔNIO CHAVES DA SILVA

Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros: Elna Leite Ávila Rosa; Zuval Gonçalves Ferreira; João Paulo Cardoso de Oliveira; Aivaldo Guimarães Cidade; Márcia Regina dos Santos Virgens; Adriani Vasconcelos Pazelli; Aurisvaldo Melo Sampaio e Ricardo Régis Dourado.//